

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA E.E. JOÃO CARREIRA EM ANDRADINA/SP¹

EDUCATION IN THE CONTRYSIDE: THE POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT AT JOÃO CARREIRA STATE SCHOOL IN ANDRADINA/SP

Andreia Aparecida de Lima Uchida²

Mariana Santos Lemes³

RESUMO: Historicamente o ensino oferecido aos povos do campo desconsidera e desvaloriza suas experiências vividas, e é marcado por uma representação do rural como o local do atraso, frente ao inevitável avanço tecnológico na agricultura. Dessa forma a referente pesquisa tem como finalidade discutir a proposta Pedagógica de Educação Básica do Campo oferecida pelo poder público estadual na E.E. João Carreira, situada na área de assentamento da Fazenda Primavera, Bairro Cambira, distante 25 km de Andradina na região Noroeste do Estado de São Paulo. Foram aplicados questionários aos professores e gestores e o local registrado por meio de fotografias digitais, onde por sua vez os resultados revelam que a escola não possui o Projeto Político Pedagógico diferenciado voltado a atender as especificidades de uma educação consciente para o homem do campo, sendo o mesmo de uma escola urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Avanço tecnológico; Educação Básica do campo; Assentamento; Projeto Político-Pedagógico; Homem do campo.

ABSTRACT: Historically the teaching offered to rural people disregards and devalues their life experiences, and is marked by a representation of the rural as the place of backwardness, facing the inevitable technological advance in agriculture. In this way the referring research has the purpose to discuss the Pedagogical proposal of Basic Education of the Countryside offered by the state public power in the João Carreira State School, located in the settlement area of Primavera Farm, Cambira neighborhood, distant 25 km from Andradina in the Northwest region of the State of São Paulo. Questionnaires were applied to teachers and managers and the place recorded through digital photographs, where the results reveal that the school does not have the differentiated Pedagogical Political Project aimed at meeting the specificities of a conscious education for the rural man. The same as an urban school.

¹ Artigo elaborado a partir do Trabalho Final de Conclusão de Curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo.

² Especialista em Educação do Campo pela UFMS/CPTL. Correio eletrônico: andreialima23@yahoo.com.br

³ Professora orientadora do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo UFMS/CPTL. Correio eletrônico: marilemess@gmail.com

KEY WORDS: Technological advancement; Basic Education of the countryside; Settlement; Political-Pedagogical Project; Country man.

INTRODUÇÃO

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (Paulo Freire)”.

O princípio da Educação do Campo considera que os educandos, educadores e a comunidade se envolvam de forma autônoma com a vida escolar, com o trabalho, com a terra, com a cultura e com a valorização da vida camponesa, desenvolvendo-se economicamente e socialmente, participando assim ativamente da comunidade local. O Projeto Político Pedagógico da educação do campo propõe uma ruptura com o modelo de educação e sociedade atual, possibilitando a formação de uma sociedade com sujeitos envolvidos dentro e fora do processo escolar.

Desse modo, este trabalho visa o Projeto Político Pedagógico da E.E. João Carreira como sendo um projeto voltado à educação urbana, pois não consta nenhum conhecimento específico voltado para a realidade do campo, onde o mesmo sistema de ensino da escola que atende o Polo na zona urbana é o mesmo direcionado para os alunos da escola rural.

A presente pesquisa foi elaborada por meio de entrevista com diretores (as) da E.E. João Carreira as quais representam o Estado e o Município tendo em vista ser uma escola compartilhada pelos entes políticos. Serão analisados registros fotográficos antigos e recentes da Escola, dos locais serem estudados, e do seu entorno. Também serão instrumentos de estudos fotos antigas da escola, pesquisa bibliográfica, artigos relacionados ao assunto disponíveis em uma página da própria escola na internet e publicados na internet, bem como visitas às áreas estudadas com vistas à verificação dos problemas existentes e observação do local.

Para a investigação deste trabalho utilizaremos a temática do Projeto Político Pedagógico, juntamente com o histórico da escola e da Fazenda Primavera, bem como mapas do local para contextualizarmos essa realidade escolar.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE ESCOLAR

Os alunos que frequentam a escola E.E. João Carreira são todos do campo, no entanto, a Proposta Político Pedagógica da escola é direcionada para o público urbano, sendo praticamente a mesma desenvolvida na Escola Ondina Hofig de Castilho, pertencente ao mesmo polo situada na área urbana do município de Andradina, como verificamos em nossa visita a campo. Esse Projeto não assegura aos alunos do campo a garantia de seus direitos à diversidade e de serem sujeitos do meio em que vivem em conformidade com a Lei Federal de Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, garantida a partir da Constituição Federal de 1988 a qual garante a educação como direito de todos e dever do Estado, independente do cidadão residir nas áreas urbanas ou rurais, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino ministrado em qualquer parte do país.

Para Nascimento (2015) o Projeto Político Pedagógico da escola do campo deve ser elaborado coletivamente buscando igualdade social respeitando as diversidades culturais existentes no campo, de opção de vida, de desenvolvimento social, de cultura constituída transformando assim em cidadão em busca de uma educação específica para o campo, de uma metodologia pedagógica diferenciada.

Conforme informações obtidas por meio da declaração da Diretora do ensino Municipal da E.E. João Carreira haveria chances reais de a escola ser fechada a partir do ano de 2016 pela falta de alunos que vem diminuindo a cada ano, para a diretora 40% dos alunos do campo vão estudar na cidade se dividindo entre as cidades de Andradina e Castilho, assim desses totais 20 % estão indo estudar na escola Leonor que é do mesmo Polo da João Carreira. Este deslocamento favorece e estimula o desencontro na vida cotidiana destes alunos, uma vez que vivenciam a

realidade do campo no dia a dia da família e na escola são educados apenas para a vida urbana.

Rocha e Martins (2009) explica que com o êxodo rural a partir da década de 70, em função da mecanização do campo, as máquinas passaram a substituir o trabalhador rural e, conseqüentemente, de forma acelerada a escola do campo foi sendo esvaziada, em razão da falta de políticas públicas que beneficiassem os camponeses, a cidade foi sendo hipervalorizada, como um modelo de lugar para viver e estudar bem, as famílias começaram a migrar e/ou enviar seus filhos estudarem na cidade. Portanto, a partir da década de 90 o Estado começa a alegar serem altos os custos para manter escolas no campo, pois, tinham que deslocar muitos professores para lecionar para um pequeno número de estudantes. Assim os governos Estaduais implementaram uma política que consistia ou na criação de salas multisseriadas, ou no fechamento das escolas da zona rural e transporte dos estudantes para uma escola da cidade.

A maior parte dos professores, bem como a vice-diretora da escola, reside na zona urbana, eles locam uma van particular para o deslocamento diário até a escola. De acordo com a declaração da vice-diretora do estado no ano de 2015 “são os pais que pedem transporte para tirar os alunos do campo”, pois engloba questões políticas.

A partir dessa realidade, algumas perguntas requerem respostas: Seria as Usinas somente a principal fonte excludente dos alunos da escola João Carreira? Seria a falta de Projeto Político Pedagógico voltado às realidades camponesas? Porque os governantes continuam dando transporte aos alunos do campo para a escola na cidade, se na fazenda possui uma escola bem estruturada com todos os níveis de ensino? Porque dão essa abertura de optar pela escola rural ou urbana através do transporte?

Em conversa com diretores da escola percebe-se que para os políticos não seria vantajoso uma escola na fazenda, e dessa forma muitos pais de alunos também para se apoderar de carona até a cidade vão até a prefeitura pedir transporte para a cidade, e assim dar um voto garantido ao partido. No entanto um Projeto Político Pedagógico que atendesse as especificidades desses alunos seria a

peça essencial para assegurar sua fixação às suas raízes. A João Carreira se torna assim uma escola no campo e não uma escola do campo.

Sobre isso, Arroyo, Caldart e Molina (2011, p. 35) explicitam que: “a política tem sido de estimular cada vez mais os estudos na cidade, buscando diminuir o número de escolas no campo, sob a alegação de que são mais caras e tornam-se inviáveis.”.

Houve uma grande influência da cultura da cana de açúcar na vida dessas famílias, o êxodo rural entre as famílias fez com que a escola diminuísse também bastante a sua quantidade de alunos, em contrapartida como se já não bastassem, os políticos pouco estão importando, para eles seria mais vantajoso levar os alunos para estudarem na cidade do que manter uma escola com poucos alunos na zona rural, e assim a escola permanece dividida, famílias que arrendaram suas terras por não terem subsídios para continuar “tocando” seu lote, outras foram embora para a cidade, venderam o que tinha.

Almeida (2013), explica que para a Comissão Pastoral da Terra em Estado do Mato grosso do Sul não basta a conquista da terra pelos camponeses, há a necessidade de lutar por outros direitos, dentre eles a conquista de uma educação diferenciada para as escolas dos acampamentos e assentamentos, que considere a realidade vivenciada pelos filhos dos camponeses, uma escola que contribua na valorização das coisas do campo e da roça, pois se existe um modo de vida urbano também deve existir um modo de vida rural.

E assim os movimentos sociais surgem como resposta às lutas diárias dos povos do campo, é através deles que os camponeses reivindicam seu direito, para assim defender as suas origens onde se pode pensar o mundo do local onde vivem a partir de sua realidade construindo aos poucos sua identidade. Mas é notório na E.E. João Carreira que as próprias famílias conduzem seus filhos a irem estudar na cidade, contribuindo também dentre outros fatores para uma diminuição de alunos matriculados. O que se vê é uma desvalorização local pelos próprios políticos à escola do campo, e famílias cansadas de lutar por seus ideais, sem resposta dos governantes.

“As escassas políticas públicas destinadas à atenção das comunidades que moram no campo contribuíram, por um lado, com o processo do êxodo rural, mas por outro lado, incentivaram o acirramento dos conflitos entre as classes sociais”. (Almeida, 2013, p.13)

Segundo informação da diretora, muitos pais de alunos mandam seus filhos para estudar na cidade, enfrentando horas de ônibus até a cidade, pois tem o pensamento que a escola no Campo não seja “boa”, ela afirma que: “aqui o ensino é bom e atende as necessidades dos alunos tem tudo que tem na escola da cidade”. E enfatiza ainda que os alunos do campo são mais fáceis de lidar, mais obedientes e ressalta que “não tem essa malícia dos alunos da cidade”.

Por muito tempo o campo foi considerado como lugar atrasado, onde nas últimas décadas consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural e único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011).

No estado de São Paulo, especialmente a partir da década de 70, as políticas públicas direcionadas à educação dos moradores do campo, basicamente, se restringiram ao transporte de alunos para escolas urbanas contribuindo gradativamente para a desativação das escolas rurais. O argumento para a implementação desta política é que, assim fazendo, garantir-se-ia ao aluno da zona rural as mesmas oportunidades dadas aos seus colegas que residem nas cidades. Contudo este tipo de perspectiva pode levar a escola a potencializar o desenraizamento das crianças e adolescentes, na medida em que indica o espaço urbano, não enquanto uma possibilidade entre outras, mas como o único caminho a ser seguido.

O Projeto Político Pedagógico é considerado a identidade da escola e por isso precisa ser realizado por aqueles que convivem e conhecem todos os problemas e fraquezas dela, desta forma, podemos verificar que a Proposta da escola mencionada não vai ao encontro das especificidades do sujeito do campo deixando-o aquém de seus direitos de ter uma educação que possibilite sua fixação em seu meio e o vínculo com a terra e cultura camponesa, já que muitos alunos já optam por

irem estudar na cidade, pela opção do transporte dado pelos governantes, e/ou por incentivo da própria família. Frequentando assim uma escola com peculiaridades urbanas, transformando a rotina dessas crianças e adolescentes em uma dualidade entre campo e cidade, não o deixando ser nem sujeitos urbanos nem do campo.

A Proposta Pedagógica da escola em questão apresenta contradições, como consta em seu PPP onde fala que a escola precisa reavaliar seu PPP, mas é o que não aconteceu como observamos a seguir:

“[...] vivemos num período que busca integração, inclusão, da dinâmica de vida ainda que se observem múltiplas manifestações de exclusão social, política e econômica onde a escola está obrigada a rever seus métodos, rever suas práticas, ou seja, reavaliar seu projeto político-pedagógico” (Andradina; 2011-2014).

Como lembra Nascimento (2015), quais são as políticas educacionais, os parâmetros curriculares que estão voltados para a realidade do campo? Os documentos oficiais da legislação educacional brasileira alertam: “Adaptar os conteúdos, os calendários e o material didático às condições de vida do meio rural”. Entretanto, isto não vem sendo respeitado nas entrelinhas.

Almeida (2013) destaca que à medida que o capitalismo se espraia pelo campo há a sujeição da renda da terra na produção e a sujeição da renda da terra na circulação, assim a sujeição da renda da terra na produção ocorre pela transformação da terra de trabalho para o camponês em terra para negócio. É, portanto o que ocorreu na Fazenda Primavera onde devido o grande plantio mecanizado da cana-de-açúcar as famílias estão saindo do campo para a cidade à procura de emprego, contribuindo para o aumento do êxodo rural, muitos arrendaram suas terras e continuam renovando o contrato, pois, o que a usina oferece passou a ser mais rentável mesmo não sendo mais benéfico, isso tudo por não estarem tendo a valorização devida de seus produtos.

Drago; Passamai e Araújo nos atentam ao falar de uma educação urbana que vem sendo oferecida no campo:

Cultural e historicamente o campo se caracterizou pelo latifúndio, pela monocultura, por técnicas de produção rudimentares. Essas

características foram desfavoráveis às demandas pela alfabetização, que começaram a ecoar no Brasil a partir dos anos 1930 com o processo de industrialização. Somente 60 anos depois, a partir dos anos 1990, a demanda por Educação do Campo começa a se afirmar na agenda da política nacional. O problema é que esse processo vem sendo conduzido como uma simples transposição da educação da cidade para o campo, agravada, ainda, por problemas de falta de infraestrutura, professores desqualificados, falta de assistência técnica e financeira dos órgãos centrais, isolamento das escolas, o deficitário transporte escolar, entre outros. Com esse quadro, as escolas do campo não têm preparado nem para a vida no campo nem para a vida na cidade. (DRAGO; PASSAMAI; ARAUJO, 2010 p. 78).

Para Santos (2014), a dificuldade em obter renda satisfatória tem colocado a cultura da cana como opção temporária para muitas das famílias, com arrendamentos ou parcerias, e uma opção praticamente definitiva para outras que recebem o recurso do arrendamento na cidade. Os preços dos produtos agrícolas (alimentícios) praticados no mercado regular dificultam a manutenção das atividades produtivas de pequena escala, que conjugado à falta de políticas de apoio do poder público, tem levado a situações como a perda gradual do controle das terras para o agronegócio, expresso no avanço das usinas. No momento em que a usina faz a proposta pelo arrendamento da terra, oferece emprego com carteira registrada na empresa, com salário fixo para vagas de tratorista, motorista em geral. Há ainda a questão da idade avançada de muitos chefes de família e a dificuldade em estimular os mais jovens a continuarem as atividades dos pais.

Para Miguel Gonzalez Arroio, Mônica Castagna Molina: “Não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele”. (ARROYO; CALDART; MOLINA; 2011, p.107). Desta forma mostram clareza referente ao campo e os movimentos sociais: “Sem ela não se constrói uma das bases culturais decisivas às mudanças sociais pretendidas pelo MST” (Arroyo; Caldart; Molina, 2011, p.108).

Para Arroyo; Caldart; Molina, (2011) existe uma vazios em relação às propostas pedagógicas que tomem o campo como onde o parâmetro é o das escolas urbanas.

É por isso que afirmamos que o PPP é a identidade da escola, pois as distintas comunidades escolares, com seus distintos atores sociais são protagonistas na definição sobre qual sociedade, qual escola, e que tipo de homens e mulheres queremos para o futuro. (DRAGO; PASSAMAI; ARAUJO, 2010, p. 59).

Fernandes (2015) esboça bem o que ocorreu no espaço geográfico da fazenda Primavera que foi ocupada pela monocultura da cana de açúcar, como podemos observar a cana tomou conta nos dois lados da estrada (Figura 1) resultando num processo do êxodo rural, chegada da tecnologia que expulsou os trabalhadores do campo já cansados de não terem subsídios por parte dos governantes.

Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza o seu território para a produção de mercadorias, dando ênfase a esta dimensão territorial, o campesinato organiza o seu território para realização de sua existência, necessitando desenvolver todas as dimensões territoriais. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas diferentes formas de organizações de seus territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura é caracterizada pela pouca presença de gente no território, porque sua área está ocupada pela mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a marca do território do agronegócio. A diversidade de elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela maior presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que elas constroem suas existências e produzem alimentos. Gente, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem do território camponês. Portanto, a educação possui sentidos completamente distintos para o agronegócio e para o campesinato. (FERNANDES; MOLINA, 2015, p.2-3).

Figura 1: Estrada dentro da Fazenda Primavera que dá acesso a E.E. João Carreira



Fonte: Trabalho de campo. Org.: UCHIDA, 2015.

Como descreve Almeida (2009), cada novo hectare de cana de açúcar ou eucalipto plantado vai dando a oportunidade ao latifúndio de ser considerado produtivo nublando assim o atraso que o modelo representa. É o que ocorreu na Fazenda Primavera, de acordo com a Secretaria de Estado da Educação (2011-2014) a E.E. João Carreira por contar com alunos de famílias onde a maioria cujos pais não são proprietários das terras onde moram, acabam mudando com certa frequência alterando assim o fluxo escolar. As famílias que dependem da terra sobrevivem do próprio produto por eles produzidos, e desprovido de meios tecnológicos para a sua contrastam com as evoluções tecnológicas que ocorreram e ainda ocorrem no mundo do trabalho. Hoje devido ao grande plantio de cana-de-açúcar os pais estão saindo da zona rural para a zona urbana a procura de emprego, contribuindo para o aumento do êxodo rural.

Conforme dados do Estadão (2014) a disputa entre as usinas por áreas para a expansão do plantio da cana de açúcar resultou na rápida valorização das terras. Estima-se que em dez anos, o preço do alqueire (24,2 mil m²) passou de R\$ 8 mil para R\$ 50 mil. Poucos assentados resistiram às propostas de vendas ou

arrendamento. Segundo algumas estimativas 70% dos lotes não estão mais com os assentados originais.

Na década de 80 foram assentadas 346 famílias em 3.676 hectares de terra na fazenda quando essas famílias obtiveram a emancipação, ou seja, o título de donos da propriedade. Era uma área de assentamento que com a chegada das Usinas na região a terra, foi se valorizando, e os assentados sem infraestrutura nenhuma para tocar a terra e sem recursos acabaram por vender ou arrendar seus lotes com a alta valorização das terras. Dessa forma, famílias foram embora e com isso a quantidade de alunos diminuiu significativamente; muitos adentram à mas ficam um tempo. Outros ingressam depois de iniciado o ano letivo, dentre outros motivos que levam a diminuição dos alunos na E.E. João Carreira. Atualmente, a escola trabalha com o número mínimo de alunos, conforme declaração da atual diretora.

O capitalismo está moldando cada vez mais seu território na Fazenda Primavera, pois a contra reforma agrária presente está aos poucos esvaziando a escola, e com isso pretendem criar uma escola técnica no local, tudo para servir ao agronegócio da cana de açúcar. Ou seja assim terão mão de obra qualificada para abastecer o sistema vigente, causando assim essa disputa territorial entre o agronegócio e o campesinato.

A intenção de emancipar precocemente os assentamentos rurais, conteúdo incorporado ao discurso do agronegócio quando o assunto é a destinação das terras da reforma agrária, tem como “pano de fundo” a concreta possibilidade de disputar estas áreas para a expansão do agronegócio. O agronegócio tem investido sua expansão em uma diversidade de territórios, e atuado em todas as instâncias do Estado com o objetivo de naturalizar seu modelo como o mais apropriado ao suprimento das demandas essenciais ao bem-estar da população. Simultânea e contraditoriamente, seu efeito destrutivo e concentrador está cada vez mais evidente atualmente. (SANTOS, 2014, p.190)

Nascimento (2015) nos faz pensar sobre as escolas que são atualmente como a E.E. João Carreira, escolas no campo e não escolas do campo, o que as difere é a proposta Pedagógica.

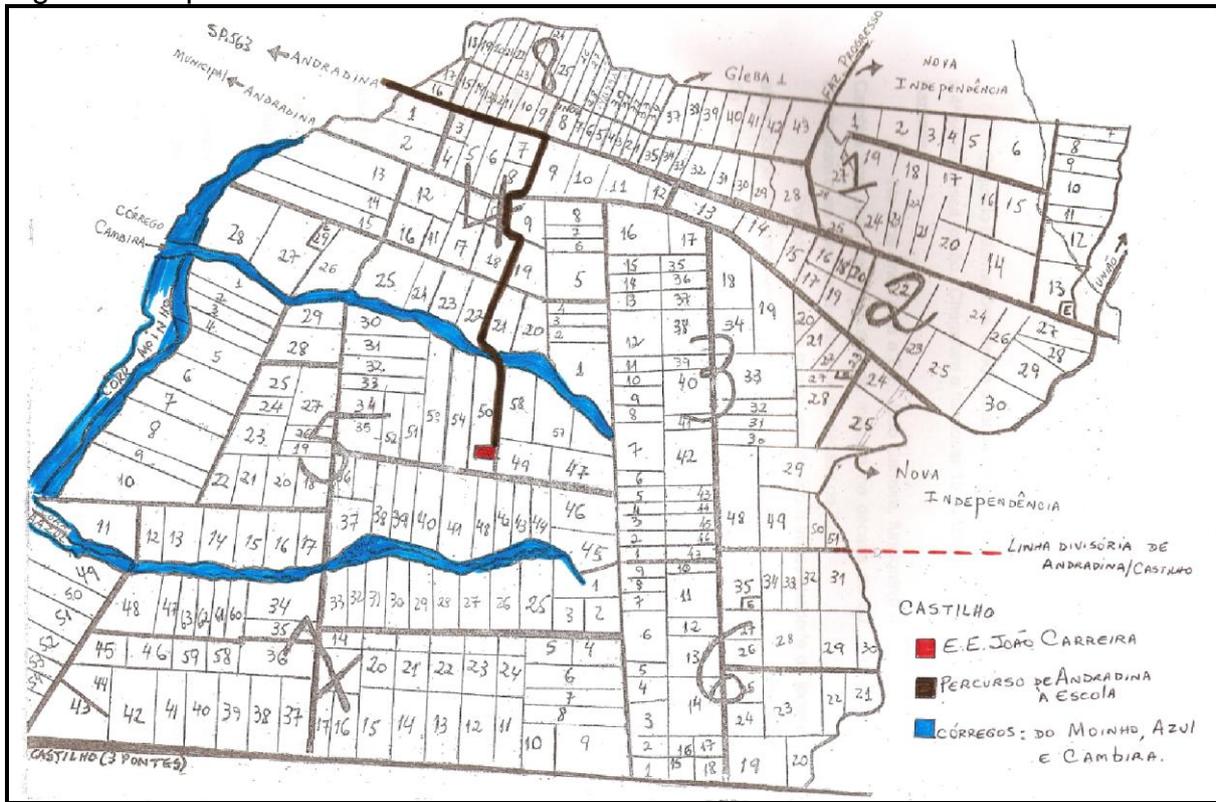
Um outro problema: são poucas as escolas existentes no campo. As que existem são escolas no campo. Mas não são, de maneira alguma, escolas do campo, com projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo do campo. Pode-se compreender o porquê da proposta de um projeto – Por Uma Educação Básica do Campo. Um desafio a ser construído, a ser processo. Ainda não se têm condições de se ter escolas no campo, muito menos, escolas do campo. Mas por quê? Porque faltam políticas públicas, princípios, concepções e métodos pedagógicos que forneçam maiores condições para se assumir uma educação específica do campo. (NASCIMENTO, 2015, p.6).

Isso vem sendo um desafio na E.E. João Carreira, pois o poder público ao transportar os alunos para a cidade acaba por negar o direito de uma educação diferenciada no/do campo.

A ESCOLA ESTADUAL JOÃO CARREIRA E SEU CONTEXTO

A escola Estadual João Carreira, está situada na área de assentamento da Fazenda Primavera, Bairro Cambira distante 25 km de Andradina na região Noroeste do Estado de São Paulo (Figura 2). Percorrem-se 20 km por asfalto através da Rodovia Euclides de Oliveira Figueiredo (ou rodovia integração). Logo após o Rio Aguapeí, entra-se à direita em estrada Municipal não pavimentada e percorre mais 5 km para chegar à Unidade Escolar. (ANDRADINA, 2011-2014).

Figura 2: Mapa da Fazenda Primavera



Fonte: Projeto Político Pedagógico da E.E. João Carreira, 2015

Conforme dados obtidos através do Projeto Político Pedagógico da escola, o terreno em que se deu a construção da escola foi cedido por um dos posseiros na época em que obtiveram o título de donos da terra na década de 80:

A Fazenda primavera é uma região de sitiantes assentados por reforma agrária ocorridos em 1980, realizada pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – e abrange os Municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência. A Fazenda pertencia ao grupo J.J. ABDALLA e, segundo informações foi desapropriada devido a não pagamento de impostos pelos proprietários. Entretanto, desde os anos 30 já havia posseiros residindo nessas terras. Entre eles, o Senhor Gerônimo Queiroz o qual depois de ganhar o Título de posse da terra, cedeu o terreno em que se construiu a escola para o Estado. (ANDRADINA, 2011-2014).

A Fazenda Primavera é o único assentamento emancipado do estado de São Paulo. As famílias receberam o título definitivo de propriedade da terra, desvinculando-se da tutela do Estado, representado pelo INCRA. A maior parte das

famílias migrou do Nordeste para região de Andradina, fugindo da seca e da intensificação dos conflitos fundiários a partir da década de 1940, e parte migrou do estado de Minas Gerais. A desapropriação da Fazenda Primavera aconteceu em 1980, beneficiando 311 famílias antigas, produzindo no local há muitos anos. Todavia, outras 34 famílias, que demandavam terra na região, foram beneficiadas em 1984, em uma área da fazenda anexada posteriormente ao projeto. Nosso levantamento nos órgãos competentes, somado à pesquisa de campo, demonstra que destas 345 famílias, cerca de 110 permanecem no assentamento. (SANTOS, 2014)

Segundo informações de Andradina (2011-2014), desde os anos 60 funcionavam escolas isoladas de 1ª a 4ª séries nessa região. Chegaram a funcionar 19 escolinhas rurais espalhadas pela fazenda. No local onde está a E.E. João Carreira (Figura 3) funcionava a escola do Bairro Cambira com duas salas de aula de madeira na década de 60. Posteriormente construíram-se duas salas de alvenaria (década de 70).

Figura 3: Vista frontal da E.E João Carreira

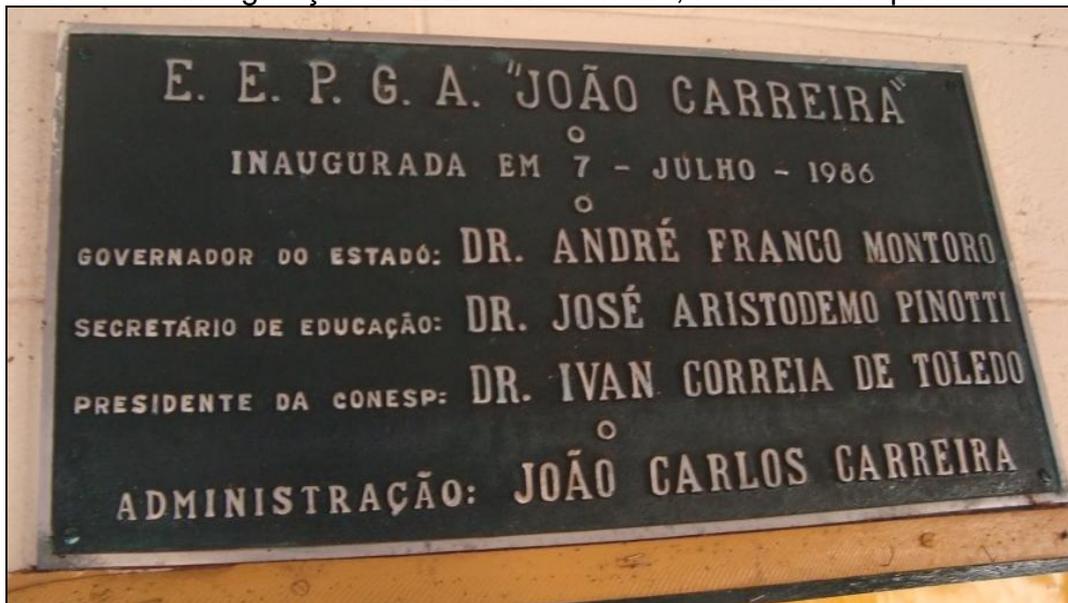


Fonte: Facebook, 2013.

No entanto por solicitação dos moradores, devido a impossibilidade de locomoção até a cidade e para continuação dos estudos, em 1986, construíram-se mais 4 salas de aula que foi instalada pelo Decreto nº 24.538, Publicado no DOE de 27/12/1985 a E.E. P.G. João Carreira que passou a oferecer desde então o Ensino Fundamental completo, 1ª a 8ª séries. Algum tempo depois, foi construída mais uma sala de aula para atender alunos da escola Agrícola que funcionou nesse local durante o seu primeiro ano de implantação.

A E.E. João Carreira foi fundada em 07 de julho de 1986, onde o estado de São Paulo era governado pelo Dr. André Franco Montoro, na época a escola era administrada por João Carlos Carreira, de onde se deu o seu nome (Figura 4).

Figura 4: Placa de inauguração da E.E. João Carreira, localizada no pátio da escola.



Fonte: Trabalho de campo. Org.: UCHIDA, 2015.

Em 1996, novamente por solicitação dos moradores, da Direção e de docentes da U.E., foi instalado o Ensino Médio. Foram matriculados 71 alunos que haviam concluídos a 8ª série em anos anteriores e que não haviam tido possibilidades de continuar a estudar devido a falta de transporte e distância da cidade. Foi preciso desmembrar a turma em duas.

Composição da organização escolar conforme dados obtidos através do P.P.P da escola (Secretaria de estado da Educação, 2015).

A E.E. João Carreira oferece à comunidade as seguintes modalidades de Ensino: Educação Infantil: Pré – escola.

A partir de 2011 essas modalidades de Ensino – ciclo I, passou a pertencer à Prefeitura Municipal de Andradina (SP).

Quadro 1: Educação Fundamental – Ciclo I

Ano	Quantidade de turmas	Turno
1º Ano	01	Manhã
2º Ano	01	Manhã
3º Ano	01	Manhã
4º Ano	01	Manhã
5º Ano	01	Manhã

Quadro 2: Ensino Fundamental – Ciclo II

Ano	Quantidade de turmas	Turno
6º ano/5ª Série	01	Tarde
7º ano/6ª Série	01	Tarde
8º ano/7ª Série	01	Tarde
9º ano/8ª Série	01	Tarde

Quadro 3: Ensino Médio

Ano	Quantidade de turmas	Turno
1ª Série E.M.	01	Noturno
2ª Série E.M.	01	Noturno
3ª Série E.M.	01	Noturno

Os alunos tem apenas uma horta orgânica (Figura 5) na escola para o contato com a terra.

Figura 5: Horta orgânica cultivada pelos alunos da E.E João Carreira.



Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

A partir de 2015 as salas já são multisseriadas (Figura 6) por terem pouquíssimos alunos. Na referida escola no período matutino funciona o Ensino infantil (Maternal, Pré I e Pré II) e o ensino fundamental do 1º ao 5º ano com total de 43 alunos em salas multisseriadas mantidas pelo Município a partir do ano 2000. No período vespertino funcionam do 6º ano ao 9º ano do ensino fundamental com salas multisseriadas, já o ensino médio é noturno com salas normais, totalizando 80 alunos sendo estas mantidas pelo estado.

Figura 6: Sala multisseriada em dois ângulos do 8º e 9º ano vespertino.



Fonte: Trabalho de campo. Org.: UCHIDA, 2015.

A biblioteca da escola com um cantinho de leitura com almofadas no espaço, para deixar o local mais aconchegante. (Figura 7).

Figura 7: Biblioteca e “cantinho” reservado especialmente à leitura.



Fonte: Trabalho de campo. Org. UCHIDA, 2015.

A escola precisa levar em conta os conhecimentos que os pais, os/as alunos/as, as comunidades possuem, e resgatá-los dentro da sala de aula num diálogo permanente com os saberes produzidos nas diferentes áreas de conhecimento. Tais conhecimentos precisam garantir elementos que contribuam para uma melhor qualidade de vida. Os vários saberes não têm fins em si mesmo, eles são instrumentos para intervenção e mudança de atitudes dos vários segmentos neste processo de renovação.

Os que vivem no campo podem e têm condições de pensar uma educação que traga como referência as suas especificidades para incluí-los na sociedade como sujeitos de transformação. Para isso, o projeto educativo que se realiza na escola precisa ser do campo e no campo, não somente para o campo.

A Figura 8 mostra os bancos embaixo de uma jabuticabeira, realçando o ambiente com um ar rural, onde os alunos também utilizam para leitura e merenda no recreio, mas somente isso não basta.

Figura 8: Semana da leitura embaixo da jabuticabeira na E.E. João Carreira



Fonte: Org. UCHIDA, 2015.

Portanto, não são apenas saberes construídos na sala de aula, mas também aqueles construídos na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos sociais. A sala de aula é um espaço específico de sistematização, análise e de síntese das aprendizagens se constituindo assim, num local de encontro das diferenças, pois é nela que se produzem novas formas de ver, estar e se relacionar com o mundo.

Daí ser necessária uma consistente análise do contexto externo, ou seja, o estudo do meio no qual a instituição existe, além das interações e relações existentes entre a escola e a comunidade em geral. Essa análise pressupõe a identificação dos principais atores que mantêm interação com a escola; a análise das influências das dimensões geográficas, históricas, políticas, culturais e econômicas. (DRAGO; PASSAMAI; ARAUJO, 2010 p. 12)

Não basta somente planejar o P.P.P. para acontecer: há toda uma luta ideológica, política, econômica, social para ser enfrentada, seja consigo mesmo, com seus colegas de trabalho, com os educandos, com as famílias e com as instituições em geral.

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico é um documento que norteia o processo de ensino e aprendizagem nas unidades escolares, por conter informações relevantes se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação onde todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão. Deve ir além de um simples agrupamento de palavras e atividades diversas, não é algo a ser construído para arquivo, mas para ser vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo. Deve englobar a participação dos pais, dando total importância à permanência do aluno da escola, estimulando sua participação e de toda comunidade, envolvendo – os de forma significativa nas atividades educativas.

Drago; Passamai; Araujo, (2010) afirmam que o PPP é a identidade da escola, pois as distintas comunidades escolares, com seus distintos atores sociais são protagonistas na definição sobre qual sociedade, qual escola, e que tipo de homens e mulheres queremos para o futuro.

Nesse sentido, o planejamento é uma ferramenta que permite transformar idéias em ações. Portanto se o projeto de sua escola está engavetado, desatualizado ou inacabado, é hora de mobilizar esforços para resgatá-lo e repensá-lo.

Assim de acordo com a LDB foi estabelecido que:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (DRAGO; PASSAMAI; ARAUJO, 2010, p. 58)

Por ser uma escola rural considerada de difícil acesso, a E.E. João Carreira passou por um longo período de exclusão, nas questões materiais com a falta de

recursos tecnológicos de informação e comunicação, e também, com a falta de assessoramento dos profissionais da Oficina Pedagógica da Diretoria de Ensino, que são pessoas que dão assessoria na parte pedagógica aos professores. A E.E. João Carreira foi inaugurada em 1986 e somente 22 anos depois em 2008 que foram instalados computadores na escola e os alunos tiveram acesso à internet.

De acordo, com Drago; Passamai; Araujo (2010), o Campo não é apenas um espaço não urbano, é um lugar que liga os seres humanos à produção de suas condições de existência. Entretanto, segundo dados oficiais $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos pobres do planeta estão no campo. No Brasil, cerca de 20% da população vive no campo, onde o trabalho infantil ainda é fartamente utilizado e a média de anos de estudo é muito baixa em relação às zonas rurais. Nessas condições, a Reforma Agrária é uma medida imprescindível para diminuir as enormes desigualdades socioeconômicas do campo, onde as políticas educacionais do campo tiveram origem nos movimentos sociais.

Foi enviado um questionário com 5 questões (ANEXO A) relacionados ao Projeto Político Pedagógico da escola para os professores e equipe gestora da escola responderem, alguns obtive a resposta pessoalmente, outros por e-mail e internet devido a dificuldade de encontrar com todos ao mesmo tempo, muitos com carga horária lotada, alguns apresentaram um certo receio para responder, até uma certa demora em alguns casos, tendo eu que sempre ir em busca da resposta. Mas de certa forma todos contribuíram com as respostas dentro esperado. Uma professora que está com problemas psicológicos e de esquecimento foi a única que não conseguiu me responder até o momento.

A E.E. João Carreira este ano passou por uma grande mudança de gestão, a escola pela pouca quantidade de alunos não tem Diretor alocado direto na escola nem pelo município nem pelo estado, só há vice. Pelo município há uma vice-diretora que também exerce a função de coordenadora do ensino fundamental do 1º ao 5º ano, mas já conta com uma Diretora que também responde pela escola só que fica no Pólo da mesma escola na cidade. Pelo estado tem uma vice-diretora e uma coordenadora que trabalham no período da tarde e noite, nas quais respondem pelo ensino fundamental e médio.

Em conversa com a Diretora da rede Municipal, no início de 2015, ela nos disse que havia grandes chances de a escola ser fechada a partir desse ano, pela pouca quantidade de alunos, o que levou as salas a já se tornarem multisseriadas, esse ano em nova conversa ela nos revelou que para este ano de 2016 estaria descartada essa hipótese, declarando que “todo ano é inconstante essa situação, depende da comunidade. Mas para esse ano está descartado”.

Muitos professores não participaram da elaboração do PPP da escola alguns por serem novos na escola este ano e não estarem na mesma quando o projeto foi elaborado/modificado, outros declararam não terem sido convidados. Notou-se a grande rotatividade da equipe gestora e professores do sistema Estadual da escola.

Em relação à participação na elaboração do PPP da E.E. João Carreira tanto a vice-diretora quanto a coordenadora da gestão do ensino Estadual que compreende o Ensino Fundamental (ciclo I) e ensino médio, declararam não terem participado da elaboração do mesmo visto que elas estão na escola à apenas alguns meses, mas disseram ter conhecimento do documento. Já a gestão do ensino municipal que fica na escola do mesmo Polo na cidade, diz ter participado da elaboração do PPP e tem pleno conhecimento do mesmo. Um professor relatou que “não participei da elaboração do PPP, pois a antiga gestão quase não dava abertura para os docentes participarem das questões administrativas”.

Observamos que nem todos os professores participaram da elaboração ou reformulação do mesmo, alguns alegaram que só tinha conhecimento de algumas partes do PPP pelas conversas em HTPCs.

Dentre os professores e gestores que responderam o questionário 5 não conhecem o PPP da escola, visto que estes são os professores novos na escola este ano, 8 disseram conhecer o documento, sendo ainda que 9 disseram também não ter participado da elaboração/reestruturação do mesmo, pois alguns disseram que não foram convidados a participar ou não estavam na escola. Somente 4 participaram da elaboração do PPP.

Já em relação ao quesito o PPP levar em consideração a escola ser no campo, a maioria 90% disseram que sim, que a o PPP leva em consideração a escola ser no campo. Mas pelo que observamos e podemos verificar no Projeto da

escola é que a escola não tem um projeto voltado diferenciado aos alunos do campo, eles utilizam o mesmo da cidade no campo, eis aí uma controvérsia ou até mesmo dificuldade de percepção por parte dos relatos. Um professor somente disse não, outro respondeu “não sei dizer”, mas essa resposta foi em relação a ele não ter conhecimento do mesmo nem ter participado de sua elaboração.

Praticamente todos os professores, gestores coordenadores já trabalharam em alguma escola da cidade, até em cidades bem maiores dos grandes centros conforme relatado nos questionário, somente 1 disse pertencer somente ao campo.

Em relação às diferenças entre PPP da escola do campo e da cidade as respostas foram das mais variadas, alguns fugiram da resposta, mas no geral a maioria disse não ter diferença mas que sofrem as adequações necessárias à realidade dos alunos, outros disseram que a diferença é somente nas salas multisseriadas, pois na cidade não tem, outro disse que a diferença é somente em relação a campo x cidade, portanto nota-se um quadro de professores totalmente voltado ao ensino urbano. Percebe-se aí o pouco conhecimento em relação ao PPP, ou ao que seria um PPP de uma escola do campo, a escola também não tem nenhum professor com formação ou Pós Graduação em Educação do Campo.

Quanto à perspectiva de futuro para a escola a diretora municipal declarou que “a existência e permanência desta unidade depende da comunidade local. Se não procurarem a escola para seus filhos, esta deixa de existir, porém é sempre uma incógnita o atendimento local. Graças ao bom trabalho que se realiza entre todos existe uma boa adesão para o momento, resultando em um futuro garantido de pleno desenvolvimento aos alunos”. Quanto a coordenação esta disse que por a escola ser pequena possibilita desenvolver atividades para melhoria do aprendizado, mas ressalta que as salas multisseriadas vem sendo um desafio e que muitas vezes dificulta o trabalho dos professores o que requer muito mais determinação.

A única professora que nunca deu aula na cidade relatou que “espera que essa proposta possa cada vez mais vir de encontro à realidade do aluno da zona rural”. Outro disse que tem a perspectiva de que “o PPP consiga cumprir seu papel sendo executado da melhor forma possível”.

A variedade terminológica se apresenta na própria LDB que estabelece nos seus Arts. 12 e 13, respectivamente, que a escola deverá elaborar e executar a sua “proposta pedagógica” e que os docentes devem participar da sua elaboração e no Art. 14, que define os princípios da gestão democrática nos sistemas de ensino, o “projeto pedagógico” deverá contar com a participação dos profissionais da educação. (DRAGO; PASSAMAI; ARAUJO, 2010, p. 63-64).

Três características do PPP: antecipação do futuro, dimensão utópica e prática social coletiva. Por isso não é produto ou plano como frequentemente é compreendido.

Dificuldades na construção do PPP: a) comodismo por parte dos sujeitos; b) imediatismo; c) perfeccionismo; d) falta de esperança/confiança na instituição; e) formalismo; f) falta de experiência de trabalho coletivo; g) rotatividade das pessoas; h) falta de condições objetivas de espaço-tempo para encontro i) elaboração e acompanhamento; j) falta de exercício democrático na escola. Também há a visão burocratizada de planejamento e a desarticulação entre o projeto e as ações na sala de aula. (DRAGO; PASSAMAI; ARAUJO, 2010, p. 70).

Assim o PPP é definido como norteador das ações educativas escolares, que estão vinculadas a um projeto histórico social mais amplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM MOVIMENTO

A Contra-Reforma agrária tem contribuído cada vez mais para o esvaziamento da escola e assim, diante dos fatos e declarações presenciadas foi possível verificar que o poder público municipal não se preocupa em fixar o homem no campo respeitando suas peculiaridades. É econômica e politicamente viável oferecer também a opção do transporte para os estudantes que queiram ir estudar na cidade todos os dias, a oferecer um ensino com diversidade no meio em que vivem, no qual é garantido por lei federal. Pois conforme declaração obtida em conversa com a vice-diretora, no ano de 2015, ela relatou que “a verba para a escola depende da quantidade de alunos”.

A intenção do fechamento da escola se dá pela instalação de uma escola técnica no local, vindo assim erroneamente de encontro com o agronegócio, o que serviria de auxílio para uma formação de trabalhadores do agronegócio. A escola no início de suas atividades, época em que as famílias foram assentadas na fazenda já contou com quase 250 alunos e hoje está funcionando com apenas com 1/3 dessa quantidade.

O caso do transporte também contribui para a diminuição dos alunos, onde nesta mesma as salas passaram a ser multisseriadas. A vice-diretora ainda diz que: “os pais que pedem o transporte na prefeitura para tirar os alunos do campo”; como se o estudo do campo não fosse bom.

Sendo assim verificamos que se ao invés do transporte para os alunos irem estudar na cidade, essa verba fosse repassada diretamente a escola, talvez não houvesse ainda mais essa diminuição dos alunos, pois percebemos que essa diminuição foi sendo de forma gradual, primeiro com a saída e venda de lotes das famílias assentadas, depois com o transporte dado pela prefeitura. Portanto sabemos que isso engloba questões políticas, pois com o transporte as famílias também acabam por se beneficiarem deles para a locomoção até a cidade de uma forma ou de outra.

Observa-se que na Proposta da escola se fala em reavaliação do projeto político pedagógico, mas a realidade presenciada acaba por ser outra, pois ainda não houve essa proposta de reavaliação com mudanças que possam beneficiar os alunos, fixá-los na escola e assim incentivar suas famílias no meio onde vivem. A rotatividade de professores na escola é grande, esse ano principalmente toda a gestão da escola é nova, e a maior parte deles não participaram do PPP e/ou não tem conhecimento do mesmo.

A partir desse ano tentei contato com a ex-vice-diretora do Estado, mesmo afastada, mas não obtive mais nenhuma resposta por parte dela, talvez por não fazer mais parte do cargo de gestão da escola, não se sentiu atraída em conversar, pois esta saiu do cargo no final de 2015.

Cabe ressaltar ainda, que embora esta escola tenha sido criada para atender aos alunos do campo, não possui o Projeto Político Pedagógico diferenciado voltado

a atender as especificidades de uma educação consciente para o homem do campo, sendo o mesmo de uma escola urbana, contribuindo também para a grande mobilidade das famílias, que além de não terem sido subsidiadas adequadamente na época em que conseguiram seus lotes, com o passar dos anos se sentiram atraídas pela oferta de venda ou arrendamento de seus lotes com a chegada das usinas. Muitas famílias foram embora deixando assim a escola cada vez mais vazia, os professores 95% são da cidade, bem como os diretores, todo ano é a mesma história de fechamento, da quantidade de alunos, assim seu funcionamento dependerá da quantidade de alunos matriculados.

Se por um lado existe um esforço do governo federal em ampliar o transporte escolar rural, por outro, esse esforço não é o mesmo para evitar o fechamento das escolas. Não faz sentido pensarmos em transporte sem alunos, ou seja é um conjunto de critérios que demonstram as falhas das atuais políticas educacionais.

O fechamento das escolas no campo não pode ser entendido somente pelo viés da educação, pois o que está em jogo é a opção do governo por um modelo de desenvolvimento para o campo que é o agronegócio pois o agronegócio pensa num campo sem gente, sem cultura e, portanto, um campo sem educação e sem escola, priorizando lucros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Orgs.) **Educação do campo: fundamentos filosóficos, sociológicos, históricos, políticos e econômicos, módulo III**. Campo Grande, MS: UFMS, 2013. 139 p.

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna. (Org.). **Por uma educação do Campo**. 5ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DRAGO, Rogério. PASSAMAI, Maria Hermínia Baião. ARAUJO, Gilda Cardoso de. (Orgs.) **Projeto político pedagógico da educação do campo**. Vitória, ES: UFES, 2010. 192 p.

ESTADÃO. Andradina, SP: **Assentados vendem terra ao agronegócio, 2014**. Disponível em < <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,assentados-vendem-terra-ao-agronegocio-imp-,1133459>>. Acesso em 08 maio 2015.

ESTADÃO. Andradina, SP. **Fracasso dos assentamentos, 2014**. Disponível em <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,fracasso-dos-assentamentos-imp-,1137415>>. Acesso em 08 de maio 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo: Espaço e território como categorias essenciais**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf>. Acesso em 23 de Jun. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Monica Castagna. **O campo da educação do campo**. Disponível em <www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>. Acesso em 23 Jun 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed., São Paulo, Paz e Terra, 2011.

MARTINS, Aracy Alves Martins; ROCHA, Maria Isabel Antunes. (Orgs.). **Educação do campo: Desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte, MG. Autêntica Editora, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB nº 1- 03/04/2002, Brasília. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica>. Acesso em 24 Jun 2015.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **Educação e Cultura: As escolas do campo em movimento**. Disponível em <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/educacao-e-cultura-as-escolas-do-campo-em-movimento/view>>. Acesso em 23 de Jun 2015.

ROCHA, Maria Isabel Antunes. MARTINS, Aracy Alves. (Orgs.) **Educação do campo: Desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. (Orgs.) **Educação do campo: movimentos sociais, legislação, políticas públicas e gestão compartilhada, módulo IV**. Campo grande, MS: UFMS, 2013.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **Reforma Agrária em questão: A propriedade privada como fator de desterritorialização camponesa no assentamento Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Presidente Prudente, SP: 2014. 223p. Disponível em <http://www.fct.unesp.br/#!/pos-graduacao/--geografia/dissertacoes-e-teses/diss-e-teses-2014/>. Acesso em: 07 set 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Proposta pedagógica 2011-2014**. EE João Carreira. Andradina, SP.

ANEXO A

Questionário:

- 1- Você conhece o Projeto Político Pedagógico da Escola?
- 2- Você participou do processo de elaboração do Político Pedagógico da escola? Se sim, qual sua opinião sobre o processo? Se não, por que não participou?
- 3- O Projeto Político Pedagógico leva em consideração a escola ser no campo?
- 4- Você já trabalhou em escola da cidade? Se sim. Existe diferença do PPP da escola da cidade e do campo?
- 5- Pensando na função do PPP, qual a sua perspectiva de futuro pra essa escola?